

Sala de aula: espaço de libertação ou domesticação?

Levino Bertan¹, Márcia Santos da Rocha² & Zuleika Toledo Bechara³

Resumo

O texto propõe uma reflexão crítica sobre o espaço da sala de aula, como ambiente sócio-moral, formador da autonomia ou da passividade obediente. Levanta questionamentos sobre os efeitos das inter-relações que sedimentam a permanente construção da liberdade de Ser, se conhecer, agir e interagir com o meio, modificando-o; ou a construção do obedecer obcecado pela perfeição dos acertos, da auto-aniquilação psicológica e intelectual, do ser que, mesmo respirando, sente a vida esvaír-se aos poucos. Baseados em trabalhos de Regis de Moraes, Marta Bellini, César Coll, dentre outros autores, buscamos refletir sobre este espaço, sob uma perspectiva sócio-interacionista, enfatizando algumas competências profissionais necessárias ao exercício da mediação, que transforma professor e aluno em permanentes aprendizes, construtores de uma sociedade aprendente.

Palavras-chave: sala de aula, ensinar, educar, libertação, domesticação.

BERTAN, L., ROCHA, M. S. da, BECHARA, Z. T. Sala de aula: espaço de libertação ou domesticação? *UNOPAR Cient., Ciênc. Hum. Educ.*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 123-131, jun. 2000.

Introdução

Quem, ou o que será que impede o educador de usufruir do fascinante momento de diálogo com o educando, com sua forma original e única de perceber e duvidar dos fatos e acontecimentos? O que será que o impossibilita de “perder tempo” para acompanhar a linha de raciocínio construída pelo educando, a princípio com insegurança e timidez, mas que, gradativamente, evolui levando-o a experimentar a indescritível sensação de poder que a descoberta provoca? A serviço de quais valores o educador coloca seu conhecimento? Da construção da autonomia intelectual e moral, conseqüentemente da liberdade de ser; ou da perpetuação dos paradigmas historicamente alimentados pela vaidade humana, embalsamando a criatividade inerente ao Ser, congelando o prazer do descobrir diário de que a alegria é pulsante, como semente de vida? Por que é necessário correr tanto contra o tempo, na tentativa de cumprir obstinadamente o compromisso de instruir, sem o questionamento ético que ilumina toda construção?

Enfim, a sala de aula é um espaço de libertação ou de domesticação do ser humano?

Por sala de aula, compreendemos o espaço físico onde acontece a interação direta entre educador-educando. A sala de aula é o espaço utilizado pelo profissional da educação para desenvolver sua prática, selecionar conteúdos, passar posições políticas, ideológicas, transmitir e realizar valores dentro do próprio educando. Este espaço é o centro da educação escolar, pois a formação básica do educando se dá neste contexto de interação entre os sujeitos, mediados pela realidade. O trabalho em sala de aula é um sistemático e intencional processo de interação com a realidade, através do relacionamento humano baseado no trabalho, no conhecimento e na organização da coletividade.

¹ Docente do curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Docente da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e mestranda em Educação na UEL. Endereço para correspondência: Rua Mato Grosso, 654, ap. 802. 86010-180. Londrina, Paraná, Brasil.

³ Docente da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e mestranda em Educação na UEL.

A sala de aula é uma das primeiras metas que cada educador deve buscar para realizar o processo ensino-aprendizagem. Nessa busca, o essencial é a iniciativa, o iniciar algo novo, a conquista da liberdade. É nesse espaço de ação que se desenrolam mais intensamente as articulações e contribuições entre o eu e o outro, entre a criatividade e o conformismo, entre a fala dialógica e a fala impositora, entre a difusão de idéias entre pessoas e a infusão de idéias sobre as pessoas.

Os procedimentos da educação em termos pedagógicos, têm-se realizado, normalmente, sempre da mesma forma. O professor ensina e o aluno aprende. E nenhuma mudança arranhou a convicção de que a base do ensinar é o verbalismo. A função delegada aos mestres é falar, descrever, mandar fazer tarefas, copiar e corrigir, na maioria das vezes com o livro didático ao lado, sem perceber que acertar é um desejo dele, não do aluno (Bellini, 1998).

Nesta concepção historicamente construída, o ato de ensinar vem se empobrecendo, à medida que são muitos os que o entendem como um simples processo de instrução.

“Certamente que a instrução é um componente do ensino, mas fique claro que o apenas instruir visa à erudição, enquanto o amplo ato de ensinar, visa à compreensão, à sabedoria de vida. O ensinar é um amplo movimento de vida entre o educador e o educando, entre o mestre e o discípulo” (Morais, 1986, p. 5).

O ato de ensinar, portanto, é um ato de totalidade, onde o instruir, a auto-disciplina e a transposição dos conteúdos em sala de aula, para a vivência cotidiana, intervêm nas vidas humanas, sem imposição, e sim por convite.

Basicamente, o que se percebe, hoje, é a utilização de duas formas opostas de vivenciar o ensino: o adestramento (domesticação), pragmático e imediatista, que tem como base a concepção mecanicista; e o ensinar que transcende o ato de instruir e o de adestrar, porque busca o encontro da inteligência do educando com a vida, o encontro de sua sensibilidade com a pluralidade do viver.

Sala de Aula como Espaço de Domesticação

A ação educativa desenvolvida em sala de aula e os meios utilizados como a metodologia, técnicas, conteúdos e relacionamentos, podem ajudar o aluno a ir se libertando de tudo que o escraviza interior e exteriormente. Mas pode, também, manter os alunos e os grupos em situação de dependência, manipulando-os como objetos e sujeitando-os às estruturas injustas. Assim, a educação converte-se em instrumento de dominação, de domesticação, responsável pela formação de homens e mulheres acomodados e alienados (Vasconcelos, 1995).

Essa concepção torna-se mais clara, quando nos reportamos a uma situação comum, vivenciada cotidianamente, por muitas crianças em muitas salas de aula:

Uma criança chegou na sala de aula, em seu primeiro dia, transbordando de alegria, esperança e curiosidade. Logo no primeiro momento a professora diz:

— Hoje vamos fazer um desenho.

— Que bom! – pensou. Ela gostava de fazer desenhos. Ela podia fazê-los de todos os tipos: leões, tigres, galinhas, vacas, trens e barcos. Ela pegou sua caixa de lápis e começou a desenhar. Mas a professora disse:

— Esperem um pouco. Ainda não é hora de começar!

E ela esperou que todos estivessem prontos.

— Agora! – disse a professora – nós iremos desenhar flores.

— Que bom! – pensou a criança. Ela gostava de desenhar flores e começou a desenhar flores com lápis rosa, laranja e azul. Mas a professora disse:

— Esperem! Vou mostrar como fazer.

E a flor era vermelha com o caule verde.

— Assim – disse a professora – agora vocês podem começar.

Então ela olhou para a flor. Ela gostava mais de sua flor, mas não podia dizer isso. A criança virou o papel e desenhou uma flor igual a da professora. Uma flor vermelha com caule verde.

Assim acontecia em todas as atividades: a professora ordenava, dava os modelos e os alunos reproduziam. Muito cedo tal criança não fazia mais nada por si, mas aprendeu que o professor ensina e o aluno repete, o professor estabelece verdades e o aluno as reproduz, o professor escreve e o aluno copia, o professor determina a visão de mundo, de homem e de sociedade, o aluno perpetua as flores sempre vermelhas, as árvores sempre iguais, sendo parabenizado e estimulado pela competência de se deixar domesticar.

É comum, em nossas escolas, ouvirmos dos estudantes freqüentes alusões ao cansaço físico, sobrecarga de aulas, ausência de tempo para viver e conviver com tudo ou todos que lhes dão prazer.

Parece que a sala de aula foi concebida como um laboratório de exercício da sublimação necessária, ao futuro agir profissional, no qual o espaço do pensar, sentir, ser feliz, é regido por determinações que parecem escapar ao controle dos educandos.

A busca obstinada pelo conhecimento a ser memorizado; a descoberta ocasional das respostas corretas a serem reproduzidas nas várias formas de averiguação quantitativa, do saber acumulado, o esforço em se manter atento e presente, ao menos fisicamente, em aulas onde falta vida, e a lembrança constante, por parte do professor, de que sua fala é fundamental para o sucesso de seu aluno, faz surgir um ser carente de vontade, entristecido em seu processo de vir a ser alguém que constrói seu próprio caminho, para trilhar outros, reproduzidos historicamente.

Isso ocorre porque nossa escola está inserida numa prática de memorização e repetição. É pertinente, num universo educativo dessa natureza, o professor formular a pergunta e a resposta, cabendo ao aluno simplesmente repeti-las, pois as respostas são únicas e marcadas pela certeza da autoridade do espaço chamado sala de aula.

Ao professor é permitido construir um mundo em que para cada pergunta haja somente uma resposta, transformando um espaço potencialmente produtivo em um ambiente de absolutismo ilustrado, onde a unicidade das respostas é assegurada por esse poder, que não raras vezes é utilizado para roubar da atividade educacional o seu caráter intelectual, independente e subjugar o aluno a um processo de domesticação. Trata-se, assim, de uma atividade mecânica, desprovida de sentido e desvinculada da realidade.

A preocupação que muitos professores têm no sentido de cumprir o programa, pode revelar um aspecto positivo: o compromisso com seus alunos, já que consideram que estão ajudando os alunos ao darem os conteúdos acumulados historicamente. Nestes casos, percebe-se um compromisso ingênuo do professor, acreditando que aquele programa que recebe é bom para o aluno, fazendo o máximo esforço para transmiti-lo integralmente, mesmo que para isso tenha que passar por cima das necessidades e interesses dos educandos, como de fato ocorre. Assim, o nível de inculcação ideológica é maior ainda, pois o professor nem consegue diferenciar-se da tarefa imposta, assumindo-a como válida. A questão que precisa ser colocada é: a tarefa fundamental do professor é cumprir o programa ou propiciar a aprendizagem dos educandos? Rubem Alves estabelece diferença entre professor e educador:

“Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores, há aos milhares. Mas professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão, é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança” (Alves, 1987, p.11).

O professor é aquele que informa, transmite conhecimentos, enquanto que o educador, além de informar, procura formar e informar.

Muitas vezes, os próprios professores, por incrível que pareça, também são vítimas de uma formação

domesticadora, não sabem o porquê daquilo que dão, não sabem o significado daquilo que ensinam e quando interrogados dão respostas evasivas: “é pré-requisito para as séries seguintes”, “caí no vestibular”, “hoje você não entende, mas daqui a dez anos vai entender”, “não me pergunte o porquê”, “serve para que você seja reprovado se não estudar”.

Muitos alunos acabam acreditando que aquilo que se aprende na escola não é para entender mesmo, que só entenderão quando forem adultos, ou seja, acabam se conformando com o ensino desprovido de sentido. Parece-nos tratar-se de impingir à sala de aula, uma imagem de “seriedade”, responsabilidade imposta, que se contrapõem à idéia de felicidade e leveza que deveria acompanhar a relação do educando com o conhecimento. Facilmente identificamos tal “seriedade” nas palavras de uma criança de 9 anos:

“Na sala de aula nós aprendemos a escrever, ler e respeitar o professor. Na sala de aula fazemos trabalhos de várias matérias e os apresentamos.

Na escola você conhece professores, amigos e a dona do colégio. Na escola nós lanchamos e após o lanche estudamos e aprendemos bastante para a prova e não tiramos nota baixa e passamos de ano (B.C. – 4ª série)”.

Percebe-se na expressão das idéias dessa aluna, a convicção de que é necessário aprender para fazer prova, tirar notas altas, pois assim estará respeitando o professor e garantindo a aprovação social.

Entendemos que a cultura escolar, nesse percurso, toma por modelo o passado. “Talvez seja a máxima positivista arraigada no mais íntimo de nossas condutas sociais e morais: ordem e progresso” (Bellini & Ruiz, 1998, p.11).

Nas palavras de Vasconcelos (1995) interessa ao professor apenas a quantidade, a execução rigorosa do planejamento, a disciplina instaurada, o cumprimento dos horários, etc. Procura-se saber “se o aluno aprende”, se “é comportado” (função técnica) e não “o que” aprende e “por que” aprende (função política).

A liberdade na sala de aula é um mito ou apenas uma semente, que está brotando no interior da escola autoritária, pois quase tudo está enquadrado, bitolado, onde existe um autoritarismo explícito, mas existe também um autoritarismo implícito quando se castra a criatividade, quando se estimula um comportamento uniforme, submisso e obediente, preparando o aluno para receber ordens e obedecer.

No interior desse mundo sustenta-se a idéia de repetição e entende-se como natural a imposição do “eu” oficial. A crença escolar mais profunda que anima essa conduta, é a de que o professor pode e deve conduzir o pensamento do educando, levando-o ao patamar desejado. Dessa forma, atribui-se à sala de aula o papel determinante na ação educativa, sendo que o compromisso maior é com a otimização do meio sobre os indivíduos, numa função essencialmente regulatória.

O professor, ao procurar caminhos para a aprendizagem, está prescrevendo também, leituras de mundo e formas de vida. É um processo que visa transformar a diversidade em homogeneidade. Nesta perspectiva o professor é o detentor do poder, além de distribuidor de cotas de conhecimento, já que é senhor absoluto dos saberes e também aquele que prescreve o caminho do sucesso ou do fracasso dos educandos.

Essa concepção legitima ações que fazem com que o aluno não se perceba como portador de uma identidade própria e única. Aos olhos do professor, é ético fazer preponderar sua ação uniformizadora sobre o aluno, fazendo-o atuar em conformidade com a regra exterior, com o modelo ensinado, com a “receita” que está no livro didático, resultando daí, uma moral da obediência que robustece o conformismo social (Bellini & Ruiz, 1998).

Com isto, o aluno perde o interesse diante de disciplinas e conteúdos que nada têm a ver com a sua vida, com as suas preocupações. Decora, muitas vezes, aquilo que precisa saber. Passadas as provas, tudo cai no esquecimento. Acaba submetendo-se a uma aprendizagem mecânica, reproduzindo

na prova o que foi “dado” pelo professor, ou vai fazer parte do enorme contingente de reprovados e evadidos.

Os alunos que conseguem resistir e permanecer, acabam fazendo a aprendizagem da submissão, da desvalia diante de um conhecimento que lhes é passado como absoluto, inquestionável e inatingível. São submetidos a um verdadeiro processo de inculcação ideológica, fazendo parte, então, do contingente dos “bem-sucedidos mal-preparados”, qual seja, alunos que alcançam até os mais altos níveis universitários, mas tem uma formação bastante comprometida (Vasconcelos, 1995).

Como não é possível separar a educação da sociedade, no interior da qual ela se desenrola, também não é possível, dissociar a relação pedagógica daqueles com os quais ela se relaciona. O que é fundamental é a relação que une educadores e alunos, sendo que cada aluno se constitui numa realidade concreta, com identidade própria, com uma história de vida, diferente dos demais. E a educação, afirma Rubem Alves, “é algo para acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois” (1987, p.13). O educador não é simplesmente um papel, uma função, um personagem, uma ruela residual da máquina educativa (Gadotti, 1984).

Este tipo de educação, conservadora e elitista, atende aos interesses da classe dominante, no sentido da não elevação do nível de consciência crítica da população. Acaba deformando os educandos, levando-os à acomodação e à resistência às propostas mais inovadoras. Estabelece-se então, um grau de saturação do educando com relação à escola, que acaba rejeitando, em bloco tudo aquilo que é proposto, perdendo portanto, a sensibilidade.

Do ponto de vista pedagógico, corre-se o risco da aprendizagem não se dar em função do baixo nível de interação entre o sujeito-objeto, o conhecimento-realidade. O baixo nível de interação entre educador-educando-objeto de conhecimento-realidade, ocorre tanto na interação objetiva, contato com o objeto, manipulação, experimentação, formas de organização da coletividade de sala de aula; quanto na interação subjetiva, reflexão do sujeito, problematização, estabelecimento de relações mentais, análise e síntese. (Vasconcelos, 1995).

Concordamos com Winnicott (1985), quando diz que o “‘sou’ tem que preceder o ‘faço’, pois, do contrário ‘faço’ carecerá de sentido para o indivíduo”.

Há, então, lugar onde habitam os pensamentos, onde o sou predomina sobre o faço?
Será que a sala de aula é um desses lugares?

Sala de Aula como Espaço de Libertação

Anteriormente, constatou-se que a mensagem da liberdade na sala de aula desapareceu ou ficou envolvida em tantas restrições, preocupações e advertências, que praticamente nada sobrou dela. Sem dúvida, a liberdade é o que no mais profundo do ser humano, ela é mais do que uma qualidade, um atributo, “é a própria razão de ser da humanidade, o ser profundo, o eixo central de toda existência humana” (Comblin, 1996, p. 65).

Todo progresso da educação está na construção do espírito e na libertação do aluno e não na sua domesticação.

De acordo com Sartre (1984), filósofo existencialista, a livre escolha está no alicerce da existência humana e é ela que coloca o homem como sendo o gerenciador de seus atos e definindo seu modo de ser. Compreendendo assim, liberdade como um exercício constante de decisão, essa se torna meta central da vida humana, sendo que uma vez libertos, os homens sentem que estão condenados a ser livres. Este exercício constante de decisão só é viável num ambiente educacional libertador, onde a relação libertadora permite que os educandos exercitem, desde cedo, a escolha de seus caminhos, inventem saídas que se apresentam e sobretudo que se desenvolvam o espírito de cidadania.

A única liberdade que merece esse nome é a de buscar o próprio bem, decidindo os caminhos a

seguir ou enquanto não privarmos os outros dessa escolha, ou ainda, não os impedirmos de se esforçarem para consegui-lo.

A educação libertadora “é a educação para o compromisso consigo mesmo e o social” (Morais, 1986, p. 55).

Masseto (1992) fala da sala de aula como espaço de convivência que articula vida e realidade, lugar de encontro, explorados pelo educador e educando parceiros no ato de desvelar e construir o conhecimento. O autor lembra a importância de nos comprometermos com a organização e execução de “aulas vivas”, espaços carregados de significações, informações, interrogações que, num movimento constante, histórico, dentro/fora, geral/particular, científico/senso-comum, concreto/abstrato, colocamos em contato com os fenômenos da vida real. Aquela que acontece fora das paredes da sala de aula, mas, que ao entrar neste espaço, enriquece-o, transforma-o, redefine-o, permitindo aos alunos, preencher cérebros, corações com um saber pleno de possibilidades, comprometido com a aplicação edificante da ciência.

Compreender como se dá o conhecimento e as inter-relações no processo pedagógico é ajudar a eliminar a determinação social dos destinos dos alunos. Para o educador é importante este conhecimento a fim de melhor saber como interagir com o educando no sentido de favorecer o seu desenvolvimento e sua emancipação. A motivação para a construção do conhecimento libertador, em sala de aula, além das características do sujeito, está relacionada ao assunto a ser tratado, a forma como é trabalhado, e as relações interpessoais (educador-educando e educando-educando). Tem a ver portanto com: o trabalho com o conhecimento; com a organização da coletividade; e com o relacionamento interpessoal; as três dimensões básicas do contexto da sala de aula libertadora.

Por esse motivo, educandos e educadores, antes de iniciarem um processo de construção do conhecimento formal, deveriam ser ajudados a fazer uma aprendizagem básica e fundamental, que é o despertar para o desejo de interagir, de se comunicar, de realizar, de transformar-se, em última instância, de viver, pois quando o ser está sintonizado com a proposta de vida, em sala de aula ou fora dela, abre-se os canais da percepção e reflexão, permitindo assim acontecer interação e assimilação de novos elementos, que perpetuarão o encanto das possibilidades, do horizonte dos “meus” possíveis.

O ambiente libertador não se edifica sobre o aluno ideal, o ser empírico descrito em todas as suas variáveis, a respeito do qual existem conclusões precisas, estatisticamente significativas; mas sim no aluno real, concreto, que efetivamente está em sala de aula, ou seja, um ser que tem suas necessidades, interesses, nível desenvolvimento cognitivo, quadro de significações, experiências anteriores, sendo bem distinto daquele aluno ideal dos manuais pedagógicos ou do sonho do professor.

É de fundamental importância para a construção do ser livre, não frear o desenvolvimento de sua originalidade, não ir contra a sua inesgotável alegria, pois assim como é infinita a sua capacidade de aprender, ainda mais o é a sua capacidade de realizar-se, por esquivar-se sempre dos moldes que se deseja enquadrá-lo, mesmo que estes estejam rotulados com o objetivo de educar.

O educador reconhece e compreende as transformações que marcam os educandos dos novos tempos, aceita a sala de aula como um espaço de vida, aberto ao mundo da informação, da revolução tecnológica, que vive freneticamente suas descobertas e amarguras, mas que também é vivificado por emoções, sentimentos e desejos humanos.

“Uma relação libertadora no ensino é sem dúvida a mais bela inspiração que se possa ter, na medida em que auxiliemos a que nasça no interior do educando um diálogo constante entre o precioso bem da liberdade e outro precioso bem da disciplina. Que os alunos exercitem desde cedo a escolha de seus caminhos, que possam pintar peixes e flores da cor dos que emergem e jardins interiores, que inventem saídas para as dificuldades que a vida sempre apresenta e, sobretudo, que os educandos despertem para uma participação político social que faça florescer seu sentido de cidadania e suas aspirações de justiça” (Morais, 1986, p. 55).

Nesta perspectiva, cada um é o guardião natural de sua própria saúde, seja física, mental ou espiritual. A humanidade ganha mais ao consentir a cada um que viva à sua própria maneira, do que a obrigá-lo a viver a maneira dos outros, pois a vida do homem não pode ser “vivida” repetindo os padrões de sua espécie; é ele mesmo – cada um – quem deve viver. O homem é o único animal que pode se enfastiar, que pode se desgostar, que pode sentir-se expulso do paraíso.

A sala de aula, como espaço de libertação não objetiva fabricar cidadãos bem-pensantes (muito menos malpensados), mas estimula o desenvolvimento livres-pensadores, como podemos observar nas palavras de uma criança de 10 anos:

“A escola é legal.
Você aprende a escrever, a ler e a respeitar.
Faz amigos e amigas, aprende outras coisas, além de ler, escrever e respeitar.
A escola é chata, porque tem que escrever muito.
Tem que ir cinco vezes na semana e só escrever.
Às vezes brincamos.
A escola é legal e chata.
Mas no fim de tudo, nós gostamos dela.
A escola é chata.
A escola é legal” (J.A. – 4ª série).

Este espaço de libertação tem olhos, ouvidos, cérebro e coração, é capaz de extrair e instruir, significando e resignificando as palavras inseridas no diálogo entre ensinantes e aprendentes, que juntos constroem o prazer de descobrir e aprender. Toda vida verdadeira é encontro e todos nós humanos somos feitos das substâncias que se tecem os sonhos. Fazer das palavras tecelãs mágicas que corporificam estes sonhos, as tornam instrumentos imprescindíveis na ética do bem viver.

Citando Sartre:

“Não basta que minha índole seja boa. Cumpre que seja profética: A verdade sai da boca das crianças. Muito próximas ainda da natureza, são primas do vento e do mar; seus balbucios oferecem a quem sabe ouvi-los, largos e vagos ensinamentos” (*apud Gadotti, 1985 p.58*).

Novaski, ao descrever a sala de aula como uma aprendizagem do humano, faz as seguintes considerações:

“Sem descuidar dos conteúdos, é possível que uma sala de aula seja a oportunidade ímpar de se ultrapassar os conteúdos. Um bom filósofo já perguntava certa vez: para que serve um livro se não for capaz de nos transportar além dos livros? Eu arremataria: para que serve uma sala de aula se não for capaz de nos transportar além da sala de aula?” (*apud Moraes, 1986, p.15*).

Novaski apresenta a sala de aula não como lugar de restrição e alienação, mas sim, de libertação, que dê possibilidade para que o aluno seja sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Considerações Finais

A sala de aula deveria ser um espaço de trabalho de crianças e adultos em direção à construção de conhecimentos libertadores. Há um vasto mundo de objetos socioculturais a ser decifrado, usufruído e reconstruído.

Muitos projetos pedagógicos, no entanto, têm se limitado a ver o aluno como uma pequena máquina a ter suas engrenagens continuamente azeitadas com exercícios de memorização e repetição, de modo que para a maior parte dos alunos, o pensamento não pode ser exercido construtivamente e os caminhos para a conquista da individualidade são dificultados. O aluno nada mais é do que o recipiente no qual o professor derrama seu próprio saber. A relação educador-educando não deve ser uma relação de força, ou seja, despótica, mas sim, uma relação de cooperação, de autoridade e de crescimento. É preciso evitar a construção de uma pedagogia linear, caracterizada por uma espécie de transmissão direta, sem retorno do pensamento, sobre si mesmo. O educador não possui a missão de encher o recipiente nem modelá-lo, mas trabalhar com o aluno para a construção do seu próprio ser de maneira livre e independente na procura da verdade.

O espaço da sala de aula deve permitir a vivência de todas as dimensões da pessoa no presente. Que o educando viva como sujeito de direitos, se experimente ele mesmo enquanto sujeito de direitos. Permita ter todas as dimensões, ações, informações, construções e vivências. Uma sala de aula viva, em que se viva cidadania e não onde se sonhe um dia ser cidadão.

A sala de aula não pode ser o espaço apenas de instruir, isto é, transmitir conhecimento, formar o erudito, mas sim ensinar, marcar profundamente com sinais e chegar a um verdadeiro educar. Para o aluno ser educado, é necessário que realize as qualidades que perfazem seu próprio Eu, que realize valores dentro de si. Educar é despertar no educando aqueles elementos positivos que nele se acham adormecidos, como verdade, justiça, amor, solidariedade e liberdade.

O educador é aquele que educa do seu educando o que nele dormita de melhor. Portanto, não é injetar, impingir, mas sim, contribuir para o que já existe no educando, a fim de se conseguir fazer da sala de aula um verdadeiro espaço de libertação e não de domesticação.

Referências Bibliográficas

- ALVES, R. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo : Cortez, 1997.
- BELLINI, L. M.; Ruiz, A. R. *Ensino e conhecimento*. Londrina : Ed. UEL, 1998.
- COMBLIN, J. *Cristãos Rumo ao Século XXI: novo caminho de libertação*. 2. ed. São Paulo : Paulus, 1996.
- GADOTTI, M. *Educação e poder*. São Paulo : Cortez, 1984.
- GADOTTI, M. *Educação e compromisso*. Campinas : Papirus, 1985.
- MASSETO, M. T. *Aulas vivas*. São Paulo : MG Ed. Associada, 1992.
- MORAIS, R. *O que é ensinar*. São Paulo : EPU, 1986.
- MORAIS, R. (Org.). *Sala de Aula: que espaço é esse?* Campinas : Papirus, 1986.
- NOVASKI, A. J. C. Sala de aula: uma aprendizagem do humano. In: MORAES, R. *Sala de aula: que espaço é esse?* Campinas : Papirus, 1986.
- SARTRE, J. P. *O Existencialismo é um Humanismo*. São Paulo : Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores)
- SAVATER, F. *Ética para meu Filho*. São Paulo : M. Fontes, 1997.
- SORDI, M. R. A aula universitária em questão: espaço de descoberta ou de reprodução? *Rev. Educ. UNICAMP*, Campinas, v.1, n.3, p.59-74, 1997.
- VASCONCELOS, C. S. *Construção do conhecimento em sala de aula*. São Paulo : Libertard 2, 1995.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro : Imago, 1985.

The classroom: a place for libertation or domestication?

Abstract

The text proposes a reflection of the socio-moral atmosphere of the classroom, as it is able to mold either autonomy or obedient passivity. It brings up questions about the effects of the inter-relations which establish the permanent formation of the liberty of the Self to know itself, to act and interact with its environment, modifying it, or the formation of blind obedience to what is considered right, of auto-annihilation of the self which, even if breathing, feels life ebbing little by little. Based on the work of Regis de Moraes, Marta Bellini, César Coll, and others, it is our aim to reflect on this space, the classroom, in its socio-interactive aspect, focalizing on certain professional abilities necessary for the exercise of mediation, which transforms professor and student into permanent learners, builders of a learning society.

Key words: classroom, to teach, to educate, libertation, domestication.

BERTAN, L., ROCHA, M. S. da, BECHARA, Z. T. The classroom: a place for libertation or domestication? *UNOPAR Cient., Ciênc. Hum. Educ.*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 123-131, jun. 2000.

